

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 197.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 18 de Outubro de 1973 — (5.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont e David Federmann.

As 14 00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicílio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacil — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Lopes Júnior — João Fadel — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes. (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada a apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 231-73, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 252-71, de autoria do Dep. Quielse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo construir através da S.O.P., um edifício para funcionamento do Ginásio no Município de Bocaiúva do Sul, em terreno já doado pela municipalidade. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 19, às 9,00 horas, com seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 232-73.
Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 198.ª Sessão Ordinária Realizada em 18 de Outubro de 1973 — (5.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicílio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacil — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados Antônio Lopes Júnior — João Fadel — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes. (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Igo Losso, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 228-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, nos termos regimentais, requerem registro na Ata da Sessão de hoje, de um voto de regozijo ao médico paranaense Doutor Giocondo Vilanova Artigas, por sua escolha para receber a Medalha do Mérito Cirúrgico, conferida pela Fundação para o Progresso da Cirurgia.

O ilustre paranaense recebe agora a consagração pública nacional, como coroação de uma vida de estudos e dedicação ao serviço da saúde de nossa gente, demonstrando, assim, o alto índice de desenvolvimento científico alcançado pelos centros médicos do Paraná.

O Deputado subscrevente, ao assinalar a feliz coincidência do presente

registro com a comemoração hoje, do Dia do Médico, transfere a satisfação e o regozijo à dedicada classe médica brasileira, da qual o País tem recebido provas inequívocas de contribuição e de patriotismo.

Requer, ainda, que do presente seja dado conhecimento ao ilustre Doutor Giocondo Vilanova Artigas e à Associação Médica do Paraná.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1973.

(aa) Jorge Sato, David Federmann, Haroldo Bianchi, Ivo Rocha e Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa,

REQUER:

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, Digníssimo Secretário da Educação e Cultura do Paraná, solicitando-lhe se digne determinar estudos visando incluir, na programação cultural daquele Órgão, a instalação do Museu das Etnias, criado através da Lei nº 6.447, de 16 de agosto do ano em curso.

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para conhecimento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 18 de outubro de 1973.

João C. Fadel

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Educação e Cultura do Paraná em boa hora resolveu promover o reencontro do povo com a cultura, assim entendido todas as formas de manifestação de arte que formam o patrimônio cultural de nossa gente. Em data de 16 de agosto do ano em curso, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado houve por bem sancionar projeto de lei anteriormente aprovado por esta Colenda Assembléia Legislativa, de nossa autoria, através do qual ficou o Poder Executivo autorizado a criar, na estrutura da Secretaria de Educação e Cultura, o Museu das Etnias do Paraná.

Entendemos, porisso, que aquela sanção quis definir a posição do Governo do Estado em relação àquelas manifestações do espírito artístico de nosso povo e, mais que isso, reconhecer também e, através do Museu das Etnias, promover o resguardo da contribuição cultural com que tem sido enriquecido o Paraná por meio das contínuas correntes migratórias. São os povos da Europa Central, do Oriente Médio, da Ásia, que para cá têm vindo integrando-se à nossa comunidade pelo trabalho, mas que, no seu íntimo, guardando a lembrança das pátrias distantes, promovem a preservação de alguns cultos, usos e costumes que lhes foram legados por antepassados de cultura milenar.

O Paraná, embora nunca tendo deixado de reconhecer o quanto deve de sua pujança econômica ao imigrante anônimo, por outro lado, também nunca preocupou-se de criar um órgão oficial de cultura que formasse acervo, inclusive de interesse histórico, para os pesquisadores da ciência social, da história, enfim, de todos aqueles que se preocupam em estudar nossas raízes étnicas para justificar nossa presença especialíssima no quadro racial da comunidade brasileira.

Convertido em Lei sob nº 6.447, aquele projeto dá à Secretaria de Educação e Cultura as condições de transformar em concreta realidade a instalação de um local físico de preservação daquele acervo histórico, e, porisso, estou certo que o Senhor Secretário bem receberá nossa solicitação.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o encaminhamento de apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de dotar o Corpo de Bombeiros de equipamento moderno e adequado às exigências de uma cidade com as dimensões urbanas e demográficas de Curitiba dos dias presentes.

Requer, ainda, que os órgãos responsáveis estudem e promovam, dentro de curto prazo, a descentralização do Corpo de Bombeiros para localizar nos bairros mais populosos, equipes ou postos de combate a incêndios, capazes de tomar instantaneamente as primeiras medidas até que a unidade central alcance com seu equipamento e pessoal, o ponto afetado pelo sinistro.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1973.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que ao final assina, usando de atribuições regimentais, requer, ouvida a Casa, sejam encaminhados expedientes à Associação Médica do Paraná, Conselho Regional de Medicina, e às entidades representativas das especialidades médicas, congratulando-se com a nobre classe pela fundação do Sindicato dos Médicos do Paraná, e manifestando apoio à campanha que pretende tirar os profissionais da exploração de que são vítimas.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1973.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA

Hoje, 18 de outubro, comemora-se no mundo inteiro o Dia do Médico. Aqui, a classe não fez festas nem ouviu discursos. Pelo contrário, somou para a fundação de um Sindicato que defenda seus interesses. No quadro social, vê-se a classe médica explorada, envolvida por uma previdência social que não a remunera, ou por grupos que exploram a medicina em larga escala e contratam médicos por salários incompatíveis com a importância de sua missão. A consequência são médicos estafados, desestimulados, trabalhando em excesso e sem tempo para atualização científica. A Previdência Social, por exemplo pagando pouco mais de mil cruzeiros a um médico contratado, e obrigando-o a dar mais de vinte consultas por dia, paga, na realidade, três cruzeiros e cinquenta centavos por consulta, importância que chega a ser aviltante. Por outro lado, aos chamados credenciados, não dá sequer direito à férias. Nessas condições, nossos votos são de que encontre a classe médica sucesso, através de seu Sindicato, pois o reflexo será benéfico não só aos profissionais, mas a todo o povo, que contará com uma medicina melhor.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer seja endereçado, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Capital, apelo no sentido da disciplinação, por intermédio de legislação específica, das normas de

prevenção e proteção da população contra incêndios, principalmente no que tange a edificações, a exigência de escadas de incêndio internas e convenientemente protegidas, bem como heliporto nos terraços dos edifícios já existentes ou dos novos prédios que vierem a ser construídos, de acordo com as recomendações técnicas e a experiência consagrada em outras metrópoles.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1973.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o encaminhamento ao Exmo. Sr. Diretor do Departamento de Trânsito de apelo no sentido da revisão do plano de tráfego estabelecido para a Av. 7 de setembro, a fim de que o Corpo de Bombeiros possa readquirir a desejável liberdade de movimento, em todas as direções da Cidade, no cumprimento de suas relevantes finalidades.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1973.

Erondy Silvério

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 241-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O Colégio Estadual do Paraná passa a denominar-se Colégio Estadual Manoel Ribas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1973.

(a) David Federmann

JUSTIFICATIVA:

Transcorre este ano o centenário de nascimento de Manoel Ribas. O grande benemérito Governador nasceu em Ponta Grossa, a 8 de março de 1873 e faleceu a 28 de janeiro de 1946 em Curitiba.

Quando da Revolução de 1930 recebeu o convite para servir de Interventor no Paraná, permanecendo à frente do nosso Governo até a sua morte e pelo dilatado prazo de 14 anos.

O evidente surto de progresso que hoje exprimenta o Paraná tem suas bases na grande administração de Manoel Ribas.

Dotado de grande tirocinio administrativo voltou a sua atuação para todos os setores.

Assim incrementou grandemente a imigração japonesa, fator indiscutível do nosso poderio agrícola. Os transportes, a saúde pública, a pecuária, a segurança pública, sentiram efeitos positivos durante a sua gestão. Alcançando a significação do problema penitenciário, designou Comissão que procedeu estudos que deram origem à nossa Penitenciária Central de Piraquara e Colônia Penal Agrícola, que oferece condições de aplicação dos mais modernos métodos de recuperação de delinquentes.

Contudo, foi no setor educacional que mais se destacou a sua gestão. Seu grande amor às crianças fazia-o sentir a necessidade de propiciar a elas a educação necessária. Havia carência de casas escolares, então criou um modelo escolar padrão para todos os grupos, acelerando assim as suas construções por todo o Estado. Foi também o criador das escolas rurais. Quando desapropriou a área necessária e iniciou a construção do Colégio Estadual do Paraná, foi tachado de utopista pela grandiosidade do seu projeto. No entanto hoje o Colégio Estadual do Paraná abriga 7.300 alunos em seus diversos cursos, e é dotado de condições técnicas as mais modernas possíveis, constituindo-se um motivo de orgulho para os paranaenses.

Dar o nome de Manoel Ribas a esse Colégio não será nada mais do que prestar-se justa homenagem a esse grande vulto da nossa história.

Esperamos contar com o apoio de nossos Pares ao presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI N.º 242-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao médico Arnaldo Moura.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1973.

(a) Antônio Costa

JUSTIFICATIVA:

A simples leitura do "Curriculum Vitae" do Professor Arnaldo Moura, nos dá a medida da justiça e do seu merecimento pela honraria concedida por este Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Igo Losso.

Não se encontrando presente o nobre Deputado Igo Losso, concedo a palavra ao segundo orador inscrito também para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Deveria neste instante estar ocupando a Tribuna da Assembléia Legislativa, o nobre Líder da ARENA. Deputado Luiz Roberto Soares.

O nobre Deputado Luiz Roberto Soares deveria, nesta oportunidade, estar estendendo a todos os Srs. Deputados, o convite, a fim de que esta Casa, na próxima segunda-feira, esteja presente para receber o Coronel Walter Peracchi Barcelos, quando lhe será outorgado o título de Cidadão Honorário.

O Coronel Walter Peracchi Barcelos chegará a Curitiba, domingo às 15,30 horas pelo Electra da Varig. Os Srs. Deputados que estiverem em Curitiba e quiserem recebê-lo, nós fazemos de público este convite; na segunda-feira às 10,30 horas da manhã, o Coronel Walter Peracchi Barcelos fará uma visita a esta Casa onde será recebido pela Comissão Executiva e por todos os Srs. Deputados arenistas e não arenistas, e, às 15,00 horas, depois de um almoço que será oferecido a Sua Excelência pelo Sr. Governador do Estado, ele estará presente aqui, recebendo o título que esta Casa lhe concederá.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é o convite que fazemos em nome da liderança da ARENA aos Srs. Deputados, para que segunda-feira todos estejam presentes para prestar uma justa e merecida homenagem a um homem pú-

blico de inestimável valor, além dos serviços que tem prestado ao Paraná nas funções de Diretor do Banco do Brasil e 2.º Vice-Presidente Nacional da ARENA, nós ficaremos imensamente agradecidos com a presença, na localidade, dos Srs. Deputados, para o prestigiamento ao homenageado e a toda as demais autoridades que estarão presentes naquela oportunidade. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está findo o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Senhores Deputados: Irei proceder a leitura de um artigo publicado na imprensa pelo jornal "O Estado do Paraná", de autoria de Assad Amadeu, ilustre Juiz de Direito. Procederei a leitura do artigo, para que conste dos Anais desta Casa, por que ele vem ao encontro que temos muito interesse cobrado de dois governos anteriores, que é o cumprimento de uma lei votada pelo Poder Legislativo e que determina que o Poder Executivo mande construir um busto do Dr. Antonio Franco Ferreira da Costa e que o coloque num dos logradouros públicos, para que as futuras gerações possam saber a grandeza que foi este homem. A sua grandeza moral, a sua grandeza profissional, a sua grandeza humana e a sua grandeza como companheiro. Infelizmente até agora apesar de reiterados apelos que fizemos ao Governo do Estado e ao Governo anterior, do eminente Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, através do seu então Líder, Deputado João Mansur, e, posteriormente, do próprio nobre Deputado João Mansur, quando no exercício em substituição das elevadas funções de Governador, mas até hoje, apesar da Lei ter sido votada e sancionada pelo Poder Executivo, parece que há o descaso absoluto por parte do Governo no cumprimento desta Lei. Como se estivesse o Governo fazendo algum favor à família do saudoso Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, se não estivesse isto sim, além de estar cumprindo um lei votada e aprovada pelo Poder Executivo, fazendo também justiça a um das maiores figuras da Justiça Paranaense. Por isso, que o Artigo "Direito Averso" de autoria do nobre Juiz de Direito Assad Amadeu, eu procederei a leitura para que conste dos Anais da Casa, a fim de que o Governo talvez alertado, não só por este artigo mas pelo nosso pronunciamento, determine à Secretaria de Viação e Obras Públicas, o cumprimento do disposto na Lei a que me referi.

Diz o Artigo: (Lê):

"Quando faleceu o Des. Ferreira da Costa, morreu um dos melhores amigos dos juizes. E quando morreu um amigo um pedaço de nós também morreu com ele. Portanto, ninguém melhor do que os próprios juizes, por ele orientados nos mistérios da Justiça, para dizer de sua função disciplinadora, essencialmente devotada à Lei e ao Direito.

Se, para muitos, dificilmente outro magistrado, dentro do cargo de Corregedor Geral da Justiça do Estado será capaz de atender com tanto trabalho, renúncia e compreensão, essa cadeira imprescindível ao Poder Judiciário, é de se lembrar que, para o Des. Ferreira da Costa, a luta pelo Direito não termina com a morte, mas prossegue no legado que fica para os pósteros.

Não falte a recordação que prestou a oito jovens aprovados em concurso para Juiz Substituto, quando o Des. Ferreira da Costa após elucidações profundas sobre o exercício de tão elevada investidura, após esclarecimento sobre diversos momentos processuais — demonstrou o ideal que envolvia a seus propósitos, acima de contingências geográficas e restritas, acima de si: temas políticos e dos visionários modernos do Direito.

Dizia então, o Des. Ferreira da Costa, que o Poder Judiciário, além de instituição de poder público, era o fiel da balança dos outros dois Poderes do Estado: o Executivo e o Legislativo; o equilíbrio da ordem democrática mesmo porque no momento em que o povo descrese da Justiça, a democracia estaria sossobrando em si mesma.

Em suma, sem o Poder Judiciário atuante e prestigiado, não poderia existir o processo democrático.

"Nesta palavra — a Justiça — cabe quase inteira a noção de nossa fé na cidade na terra. É a substância da civilização, a essência da sociedade, a síntese da política cristã. As noções medram, ou desmedram segundo a si bem guardar. A soberania que é o poder, tem de ser limitada pelo direito que é a lei.

Daí a necessidade que se impõe à democracia, especialmente no regime presidencial, de traçar divisões insuperáveis aos três órgãos de vontade nacional. E a Justiça é a chave de todo esse problema da verdade republicana".

Contudo, abstraídos estes aspectos do homem, por índole amante da liberdade, de uma característica ontologicamente pública, deixou-nos a personalidade do magistrado e do homem, uma completando a outra, se vaidades supérfluas, sem comodismos omissos, sem tergiversações pessoais. Objetivo e prático, conhecido e conhecedor dos mais recônditos lugares do Paraná, desenvolvia simpatia e amizade, da mais humilde cabana até mais elegante mansão aristocrática: e sempre igual, e sempre o mesmo e sempre o Des. Ferreira da Costa.

Pondo um sentido humano nos problemas personalíssimos de cada magistrado, contemporizava, animava, sendo o "homem que compreendia o homem", e, sem desvanecimento do poder que, em suas mãos, poderia produzir, — remediava, corrigia, dava de si.

Em sem violência e sem implicações, legais, e sem autoridade judiciária, fazia de seus juizes, homens — e mais que homens — juizes.

Mais que deveres, lhes dava direitos; mas que direitos, lhes incumbia responsabilidade; mais que responsabilidade, fazia esplender a honra do juiz, a dignidade em ser magistrado, o inigualável mérito de realizar Justiça.

Toda a sua existência foi um marco sentimental, conscientizado pela magistratura: exigia a independência de todos os juizes, apoiava-os, inclusive a mais modesta comarca a mais desenvolvida e, nunca permitiu que fosse maculada ou subversiva a toga, diante de qualquer circunstância.

E no serviço da Justiça, defendendo a magistratura, espargindo Justiça — seu coração não pôde mais suportar e tombou, no campo de batalha da Lei e na luta pelo Direito.

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um artigo belíssimo, que retratou com tanta fidelidade, com absoluta fidelidade, a alma grandiosa do desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, que hoje continua através de seu filho, o eminente Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa, presente em todos os atos da vida pública paranaense.

Renovo meu apelo ao Presidente desta Casa, ao nobre Deputado João Mansur, que uma vez já foi tão solitário em dirigir-se ao então Chefe da Casa Civil do Governo Parigot de Souza, solicitando que fosse cumprida a lei

votada por este Poder Legislativo e que o Governo mandasse confeccionar o busto de Antonio Franco Ferreira da Costa e determinasse a sua colocação num dos logradouros públicos da Capital paranaense para que, como disse anteriormente, as gerações vindouras possam conhecer um pouco da história dos grandes homens que construíram a grandeza da terra paranaense.

Renovo ao Presidente meu apelo para que, na qualidade de Presidente do Poder Legislativo, inicie demarches junto ao Governador do Estado que é um homem aberto ao diálogo, que é um homem que em boa hora o Paraná recebeu de braços abertos, escolhido para ser nosso Governador.

Tenho absoluta certeza de que S. Exa. é desconhecedor deste estado de coisas mas que, alertado pelo Presidente deste Poder, determinará o imediato cumprimento da lei.

Sr. Presidente, a Nação brasileira ainda não esqueceu, principalmente o povo paulista, a tragédia que foi o incêndio do Edifício Andraus, em São Paulo. A angústia, o terror de inúmeras pessoas ameaçadas pelas chamas naquele edifício. Tal tragédia poderá acontecer a qualquer instante, lamentavelmente, não só na Capital paulista, mas também aqui em nossa Capital, onde não há nenhuma legislação eficiente no que diz respeito à prevenção contra acidentes desta natureza.

Naquela oportunidade não quisemos subir à Tribuna para comentar o episódio doloroso para o povo brasileiro, por que poderíamos ser mal compreendidos e acusados de demagogos, de políticos que aproveitam os momentos de comoção pública para poderem, como se diz na gíria "vender seu peixe", para poderem se sobressair com seu trabalho e para fazerem média junto à população.

Assim, deixamos que o tempo passasse.

Todos sabem que, se não me falha a memória, na Colômbia ou na Venezuela, há poucos dias repercutiu-se a tragédia do Edifício Andraus. Curitiba está sentado num barril de pólvora porque quase 98% de nossos edifícios, se ocorrer um incêndio, a tragédia será de proporções dantescas, inimagináveis.

Não é mais possível que o Poder Público cruze os braços para um estado de coisas desta natureza. Não é possível que a Prefeitura de Curitiba, que tantas e tantas promoções tem feito, continue surda, ignorando os perigos por que passa a população curitibana. Não é mais possível que o Governo do Estado se alie a um problema tão sério como este.

Faço aqui um apelo ao Poder Legislativo Estadual, aos homens que representam a opinião pública nesta Casa, aos homens que têm o dever de falar pelo povo paranaense, para que cerrem fileiras em torno desta campanha que hoje estou iniciando, um apelo à imprensa paranaense, não só aos jornalistas porque estes são os homens de muita sensibilidade para os grandes problemas da comunidade, mas aos proprietários de jornais, rádios e TT.VV. que alertem as nossas autoridades, que nos auxilie nesta campanha para que se dê, ao povo, não só de Curitiba, mas de todo o Estado do Paraná, uma legislação eficiente, que proteja a população que reside nos edifícios, ou ali trabalham. Porque, se ocorrer um incêndio num edifício de Curitiba, na hora do expediente, a tragédia será inimaginável. Porque, ao que sabemos, apenas um edifício, tem eliporto, os demais não têm condições de segurança.

O Sr. Antônio Bellini — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero cumprimentar V. Exa. por abordar um assunto tão importante como esse. Porque, geralmente, só se lembram de abordar problemas dessa natureza só depois que a tragédia acontece. Mas, gostaríamos, ilustre Deputado Erondy Silvério, complementando as palavras de V. Exa., dizer que Curitiba, realmente, não está à altura e em condições de dar a segurança que o povo necessita. Mas, se isso acontece aqui, imagine V. Exa. o que ocorre no Interior do Estado, onde a maioria das cidades não possuem sequer um caminhão de bombeiros. E já ocorreu, em várias cidades, incêndios que destruíram quarteirões inteiros. Londrina possui o pessoal do Clube de Bombeiros, mas não possui o equipamento necessário para dar ao povo a segurança que ele necessita. Então gostaríamos de cumprimentar V. Exa. e dizer que não é só Curitiba que não possui as condições de segurança para proteção da população, mas também Londrina, Maringá e outras cidades que não conhecem sequer a existência de um Corpo de Bombeiros.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de V. Exa., e lembrarei ainda que o Corpo de Bombeiros — e não vai nisto nenhuma crítica ao Governo do Estado do Paraná que assumiu há pouco mais de quarenta dias e não poderia sanar irregularidades que se vêm registrando há muito tempo na história daquela corporação. Mas já que V. Exa. falou em Corpo de Bombeiros, devo lembrar que nosso Requerimento, em sua justificativa, diz o seguinte:

(Lendo): "Senhor Presidente:

Comemorou-se, há poucos dias, aniversário de fundação do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, realçando perante a opinião pública a história da eficiência, dedicação e bravura dessa corporação militar ao longo de 68 anos.

A oportunidade, entretanto, é válida também para lembrar a todos, e principalmente a quem compete responsabilidade pela segurança e bem estar da População, que vivemos à margem do progresso tecnológico na prevenção e combate a incêndios.

Vive hoje o Corpo de Bombeiros uma fase de apreensão, diante das próprias deficiências de equipamento e face ao crescimento da comunidade que tem por obrigação proteger. Pelo menos três dos carros-pipa estão fora de operação, não apenas por obsoletos — porquanto nosso Corpo de Bombeiros é tão cioso de seu equipamento que até carros cinquentenários estão perfeitos — mas trombados em acidentes. Faltam, também, escadas Magirus, equipamento de proteção (roupa de amianto e máscaras contra gases), e outros itens já relacionados ao Governo pelo Comando da Polícia Militar que, como nós, preocupa-se com o perigo".

E fazendo um parêntesis sobre a justificativa de nosso Requerimento, é bom que o Sr. Prefeito Municipal de Curitiba lembre-se que a segurança de toda a população tem prioridade sobre quaisquer outros equipamentos, não adianta comprar bondes e expor em via pública, se não existe uma legislação eficiente, que discipline os atuais edifícios que são verdadeiras arapucas e armadilhas, no que diz respeito a segurança contra incêndio, mas que também trace normas técnicas para um projeto que venha a ser aprovado pela municipalidade relativo a construção de novos edifícios.

Esses novos edifícios têm que obedecer aos mais perfeitos requisitos da técnica e segurança, a fim de que a população que vive, moureja e trabalha nesses edifícios, não viva constantemente sobressaltada pela idéia de

que possa ocorrer em Curitiba uma tragédia, como tem ocorrido em São Paulo e na Venezuela ou Colômbia, se não me falha a memória, e em outras cidades que os noticiários têm frequentemente noticiado.

O Sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Já estamos acostumados a ver V. Exa. nesta Tribuna, com assuntos tão relevantes, extraordinários e que efetivamente enobrecem e engrandecem as páginas da história deste Legislativo.

Receba V. Exa., por esses dois assuntos tão importantes que traz à Tribuna, a solidariedade irrestrita e apoio incondicional da Banca do MDB que na oportunidade tenho a satisfação de representar.

Inicialmente, nobre Deputado, com respeito às alusões que V. Exa. fez a um pró-homem da história do Paraná, o falecido Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, a quem tive a feliz oportunidade de conhecer e trabalhar com ele nas lides de justiça forense, já nos rincões mais distantes de nosso Estado, estou de pleno acordo com V. Exa.. Quantas vezes esse cidadão no Sudoeste e Oeste do Estado, saia a cavalo de uma comarca a outra, para disciplinar, para fazer com que a Justiça se implantasse e estivesse nas choupanas resguardando os interesses e a vida dos lavradores. Quantas vezes esse cidadão amanhecia numa comarca lá no Sudoeste, para fazer não só a implantação da Justiça, como sua necessária fiscalização, na condição e na qualidade de Corregedor que era. Tinha V. Exa. a esta Casa, o testemunho da minha admiração profunda e respeitosa, por esse cidadão que tão de perto conheci e que tenho condições de avaliar o seu extraordinário valor, de cidadão humano e jursiconsulto emérito.

Digo mais, nobre Deputado, estamos prontos e em condições de fazermos com que esse busto seja construído até por conta dos Deputados desta Casa, se necessário for. Empréstimo meu apoio e toda minha colaboração possível, para que essa obra que virá ilustrar a história do Paraná, seja realmente construída e colocada em lugar de destaque.

Com respeito à segurança do povo de Curitiba, tem V. Exa. nosso integral apoio também, porque efetivamente só no trânsito, tive oportunidade de percorrer nesses últimos 15 dias, 4 hospitais de Curitiba e não imagina V. Exa. quantos casos de acidentes entram nesses hospitais permanentemente, constantemente e que a imprensa não noticia, porque não teve conhecimento ou porque a família deseja que não seja noticiado. Mas esse atendimento é de grande e eloquente necessidade, para que se deixe um pouco de fora as flores e se dê mais segurança ao povo de Curitiba.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de V. Exa. e no que diz respeito à idéia que V. Exa. lança nesta Casa, de que o busto seja construído como uma homenagem desta Casa a um grande homem da justiça paranaense, seja construído com recursos dos próprios Srs. Deputados, tenho certeza que todos receberiam de bom grado.

Mas também tenho a absoluta certeza de que tão logo o Sr. Governador Emílio Games tome conhecimento do que está ocorrendo com relação ao descobrimento desta Lei, imediatamente tomará providências. Conheçamos Sua Excelência o Sr. Governador e sabemos que sua Excelência é homem de ação.

O Sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado, com relação à questão de segurança, V. Exa. já pôs o assunto com muita propriedade.

Mas como Deputado da Capital e ouvindo o apelo que V. Exa. faz nesta Casa, eu me sentiria responsável até, se não desse a minha solidariedade aqui, mormente porque V. Exa. põe a questão em termos muito certos. Não é, Sr. Deputado, "depois da porta arrombada que se coloca tranca de ferro"! V. Exa. está levantando a questão quando não temos, ainda, a lamentar, nenhum fato de tão tristes consequências.

De modo que, Sr. Deputado, V. Exa. que é um dos Deputados mais ativos nesta Casa, receba a solidariedade de um representante da Capital.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado, nobre Deputado Arthur de Souza. Eu sabia que este apoio não faltaria, principalmente porque ele é altamente valioso porque, além de V. Exa. ser o mais antigo representante do povo curitibano neste Poder Legislativo...

O Sr. Arthur de Souza — Um dos mais antigos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sim, um dos mais antigos não pela idade mas pelo tempo de serviço, é radialista emérito, cujo programa é tão apreciado não só pelos curitibanos, mas pelos paranaenses de todo o Estado é um dos programas que hoje já é uma tradição no rádio paranaense; desta forma, o apoio de V. Exa. será altamente valioso porque não basta esta Casa apresentar um simples Requerimento e o caso cair no esquecimento. Disse bem V. Exa., que, não se coloque "tranca de ferro, depois da porta arrombada"! Estamos alertando previamente às autoridades, porque, diz bem V. Exa. também, que não temos ainda uma tragédia a lamentar, e se o Poder Público tomar as medidas preventivas que o caso requer, pelo menos haverá tranquilidade por parte dos homens públicos, de haverem cumprido o seu dever, o dever que o povo tanto espera dos seus representantes.

Mas continuando: (Lê): "Na expectativa dessas melhorias, entretanto, há outras providências a serem adotadas, alheias à competência estadual. A mais urgente delas não é de competência do Governo do Estado, decorre da regulamentação municipal das defesas anti-fogo nos prédios de vários andares. O assunto foi levantado e debatido depois da tragédia do Edifício Andraus, mas o Poder Público Municipal deixou que o tema se esfumasse, sem a menor providência concreta. É necessária a legislação, obrigando que não só as novas edificações, mas as já existentes, sejam dotadas de escadas de incêndio, internas e protegidas por portas de revestimentos isolantes. E que tal proteção seja determinada de imediato, antes, que alguma tragédia venha responsabilizar as autoridades pela mais simples das atuações: emitir Leis de proteção à segurança pública.

Por outro lado, a falta de planejamento global, por parte do órgão municipal que traçou a reforma da 7 de Setembro praticamente encurralou a sede do Corpo de Bombeiros".

Neste particular eu chamo a atenção do nobre Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, porque o assunto é importante, e talvez o Sr. Prefeito não tenha feito por mal, mas foi imprevidência dos órgãos do Planejamento da Prefeitura.

(Continua lendo): "A sede do Corpo de Bombeiros ficou praticamente encurralada com a reforma da Sete de Setembro. Vedando-lhe o acesso rápido a vários pontos da cidade. Além de requerer uma reformulação do tráfego nas ruas próximas ao Corpo de Bombeiros a situação indica também a necessidade de descentralizar o Corpo de Bombeiros, com a localização de equipes e postos nos bairros de mais população".

Isto é uma medida inadiável, peço ao Líder do Governo que leve pessoalmente a este abençoado homem que o Presidente Médici mandou para este Estado, o Governador Emílio Gomes, tão sensível aos reclamos da co-

letividade. Porque não é possível que um incêndio que ocorra no Portão não tenha lá um posto do Corpo de Bombeiros, tendo que se deslocar hoje daqui, onde está a atual sede praticamente encurralada com as obras da Sete de Setembro.

(Continua lendo:) "Vejam só o absurdo que se cometeu com o fechamento da rua Nunes Machado. Se acontecer um incêndio naquela mesma rua, a pouco mais de duas quadras, perto da Avenida Iguazu, deverá ser o seguinte itinerário dos carros de bombeiros. Visconde de Guarapuava até a Buenos Aires, quatro quarteirões. Buenos Aires até Silva Jardim, dois quarteirões. Pela Silva Jardim até a Nunes Machado de novo, mais quatro quarteirões. Total: dez quadras, ou seja mais de um quilômetro. Para atender a um incêndio distante duzentos metros. A outra opção, seria descer a Nunes Machado até a "Dr. Pedrosa, desta, até a 24 de Maio, até a Iguazu num total de sete quadras, mas por ruas de grande movimento".

E para este detalhe, em peço a atenção do nobre Líder do Governo nesta Casa. Não é possível que uma situação desta, permaneça. Se ocorrer um incêndio a 200 metros o Corpo de Bombeiros tem que correr um quilômetro para que os carros possam chegar ao local, e quando chegar so vai encontrar cinzas e talvez a perda preciosa de vidas humanas. Pode o Município argumentar com esta opção que dista da Dr. Pedrosa até a Vinte e Quatro de Maio, que dista 400 metros da Sede do Corpo de Bombeiros, e daí, até a rua Iguazu. Então o total será de sete quadras, não serão de dez. Mas acontece que a Vinte e Quatro de Maio, o movimento é intenso porque afunilou todo o trânsito, então a demora será ainda maior.

(Continua lendo:) "Em razão do exposto, Sr. Presidente e com o propósito de colaborar com as nossas autoridades no que diz respeito a proteção da população contra incêndios, não só de Curitiba, mas de todo o Estado, como disseram os Deputados Arthur de Souza, Iris Caldart e Antônio Belinati, é que fazemos este pronunciamento, mas não vamos ficar apenas neste pronunciamento, vamos fiscalizar a ação do Governo neste sentido. Porque se, Deus nos livre, se repetir a tragédia do Edifício Andraus de São Paulo, este Deputado, quer ter a consciência tranquila, porque alertou às autoridades responsáveis, apelou não só aos jornalistas, mas aos diretores de empresas de jornais, rádio e televisão para que dêem total cobertura. Podem omitir o nome deste Deputado que ora ocupa a Tribuna, mas que façam total cobertura para o assunto enfocado hoje. Faço questão que a imprensa omita o nome do Deputado que usou da palavra não quero absolutamente, me promover à custa de um assunto tão importante para a população curitibana, e cuja do Estado. Mas é preciso que dêem apoio os jornalistas, que são homens conscientes, profissionais dos mais respeitados. Peço ao nosso querido eminente, Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, ao nosso querido Presidente, Deputado João Mansur, aos nobres Deputados, que encarem com seriedade o assunto.

O Prefeito de Curitiba, foi escolhido pelo Governador do Estado, mas foi aprovado por esta Casa. Nós vamos exigir de S. Exa. a par das magníficas realizações que vem fazendo nesta Capital paranaense, que de imediato constitua um grupo para que elabore uma Mensagem a ser encaminhada à Câmara Municipal de Curitiba e com a devida urgência legisle-se com o maior rigor, com a maior seriedade, para aprovação das plantas das novas edificações em Curitiba. Que não se esqueça que primeiro e acima de tudo, até acima do próprio conforto e do próprio lucro da construção, exija medidas correlatas da mais absoluta segurança para o povo que vai habitar estas edificações coletivas.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVERIO — Com muito prazer, concedo o aparte ao nobre Deputado Líder do Governo, Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado Erondy Silvério, ninguém melhor do que V. Exa. tem sabido nesta Casa defender os interesses da população da Capital do nosso Estado.

Porque V. Exa. é indiscutivelmente o Deputado que soma o maior volume de pessoas da Capital e atende diariamente. E em consequência, se capacita sempre mais dos problemas que afligem a cada um. V. Exa. traz hoje à Casa, dois assuntos. E eu já me havia comprometido com V. Exa. porque V. Exa. já me havia solicitado, levasse ao Sr. Governador do Estado a solicitação, no sentido de que a homenagem merecida tributada por esta Casa, ao eminente paranaense que foi o extinto Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, fosse prestada com a erigção da estátua no Centro Cívico. Eu me penitencio, nobre Deputado, pois o volume de encargos que o início do exercício da liderança me impôs, e realmente cobreste este problema para uma entrevista futura, com o Sr. Governador. Confesso de público, haver faltado com V. Exa. Mas, afirmo de público que, na primeira entrevista com o Sr. Governador do Estado, haverei de levar o seu apelo que tem o apoio total desta Casa.

E levarei ao Sr. Governador, com a permissão de V. Exa., as notas taquigráficas do apelo que V. Exa. faz no tocante à segurança da população curitibana, não só no aspecto e da necessidade premente que o Código de Posturas e Obras da Prefeitura Municipal venha a impor como exigência as escadas de incêndio, os heli-portos e as medidas de segurança contra incêndios. Mas, realmente parece-me que para mim é importantíssima a menção que V. Exa. faz da dificuldade de deslocamento dos carros do Corpo de Bombeiros, para diferentes pontos da nossa cidade.

Nós que vivemos mais atarefados com problemas do interior do Estado, eu confesso jamais me havia apercebido deste problema. V. Exa. faz hoje um pronunciamento e eu quero crer histórico, porque de tamanha importância que deverá por certo e tenho certeza, merecerá do Sr. Governador do Estado todo o cuidado no que couber a ele, junto ao Sr. Prefeito Municipal; haverá de fazer sentir junto ao DETRAN, a necessidade urgente de que esta solução deva merecer o atendimento o mais pronto possível.

Cumprimento V. Exa. e me associo ao pronunciamento brilhante que V. Exa. está fazendo, comprometendo-me de levar ambos os assuntos à consideração do Sr. Governador do Estado; naturalmente secundando V. Exa., pois sei que V. Exa. na semana que vem no contacto que terá com o Governador haverá de fazer também pessoalmente este apelo.

O SR. ERONDY SILVERIO — Agradeço e isso me deixa mais tranqüilo. Tenho absoluta certeza de que se V. Exa. levar nos estritos termos o nosso pronunciamento, imediatamente o nosso Governador do Estado, homem aberto ao diálogo, que tem vontade imensa de acertar, imediatamente, entrará em contacto com o Sr. Prefeito de Curitiba que também — nós o criticamos neste particular, mas achamos que é um homem que está realizando uma administração muito boa dentro do Município de Curitiba, mas infelizmente esqueceu esta parte.

Vou me abster de fazer a leitura dos Requerimentos para não me tornar cansativo porque encerram o que consta de nosso pronunciamento, mas uma medida que pode o Prefeito tomar com rigor é a de que os edifícios existen-

tes fizessem as adaptações necessárias para que nos terraços, em vez da tradicional casa do zelador haja um heliporto, como aquele que proporcionou o salvamento de 90% das pessoas encurraladas nos últimos andares do Edifício Andraus. Em primeiro lugar a bravura dos aviadores da FAB, dos bombeiros de São Paulo, mas também graças à providência divina que inspirou, que levou o construtor daquele edifício a fazer aquele heliporto, pois em São Paulo também quase não existe, a não ser em quatro ou cinco edifícios e o Andraus foi o pioneiro.

Os atuais edifícios podem perfeitamente ser adotados para receber o pouso de um helicóptero, que em muitos casos é a única saída para as angustiadas pessoas sitiadas lá pelo fogo. Se esta providência não se tomar a tragédia será demais para que o povo possa compreender a omissão dos encarregados da segurança do povo.

O Sr. Antônio Costa — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Primeiramente, nobre Deputado, quero solidarizar-me com V. Exa. por este palpitante e necessário assunto que deservolve hoje desta Tribuna. Parlamentar ilustre que é, V. Exa. sempre trouxe a esta Casa os assuntos de maior interesse de nossa população. Conheço este problema, nobre Deputado, porque em visita que fiz ao Sr. Comandante do Corpo de Bombeiros ele ventilou este problema que V. Exa. desenvolve desta Tribuna. Disse-me mais que o Corpo de Bombeiros estaria quase que impossibilitado de debelar um incêndio de grandes proporções que ocorresse em nossa Capital. Mas também lembro ao nobre Deputado que aprovamos nesta Casa uma Mensagem do Governo do Estado destinando 50% das verbas arrecadadas pela FUNRESPOL para a Polícia Militar que, por sua vez, destinaria 25% para equipamentos do Corpo de Bombeiros. Esta foi uma das providências tomadas pelo então Governador do Estado, nobre Deputado João Mansur, que por solicitação minha e de diversos Deputados nesta Casa, houve por bem enviar à Assembléia a Mensagem correspondente. Resta-se também, Sr. Deputado, agradecer do fundo de meu coração a homenagem que presta hoje a meu saudoso pai que lá nas alturas, pela amizade que dedicou a V. Exa. haverá de proporcionar em sua brilhante carreira legislativa, talvez aquele alento de que tanto necessitamos. Agradeço de público, e profundamente sensibilizado, esta homenagem que hoje dedica não só a meu pai, mas à família Ferreira da Costa. Aproveito sua benevolência para agradecer também aos Deputados Iris Caldart e Ivo Thomazoni que tão brilhantemente retrataram a vida de meu pai que foi um homem dedicado exclusivamente à Justiça de nossa terra.

O SR. ERONDY SILVERIO — Quanto a primeira parte das palavras de V. Exa. quero me penitenciar e fazer de público justiça ao Deputado João Mansur Presidente desta Casa, quando no exercício da Governança do Estado, houve por bem disciplinar recursos para que se pudesse equipar o Corpo de Bombeiros, fazendo uma divisão das verbas resultantes do Fundo de Reequipamento do DETRAN, determinado que 50% dessa verba fosse destinada ao Corpo de Bombeiros.

Feito este reparo à atuação do nobre Deputado João Mansur quero dizer ao nobre Deputado Antonio Costa que justiça não se agradece. V. Exa., Deputado Antonio Costa, não deve agradecer as referências que se fez por toda a Casa, à memória de seu Pai porque não se está fazendo mais do que justiça e justiça não se agradece.

Era só sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Igo Losso, segundo orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. IGO LOSSO — Sr. Presidente, srs. Deputados

Na última quinta-feira, tivemos a oportunidade de acompanhar à presença do Exmo. Sr. Governador Emilio Gomes, um grupo de cerca de 50 viúvas de ex-Deputados, que ali foram prestar uma homenagem a S. Exa. pelo envio da Mensagem já aprovada por esta Casa, e que se encontra nas mãos de S. Exa. para a devida sanção.

Pudemos sentir, Sr. Presidente, srs. Deputados a emoção a alegria demonstrada pelas esposas de nossos ex-colegas que, lideradas por D. Vita Fleury da Rocha ali compareceram para agradecer ao Exmo. Sr. Governador e para homenagear esta Casa e todos os seus membros, através de seu Presidente. Deputado João Mansur. Este problema srs. Deputados cuja solução era já de longa data aguardada vinha se arrastando por muitos anos. E essas abnegadas senhoras — todos somos testemunhas disso — deram os melhores dias de suas vidas para seus esposos, nossos ex-colegas na defesa dos interesses públicos, atendendo principalmente a parte de assistência social, dando-lhes incentivo para prosseguimento da espinhosa missão. Elas mereciam, evidentemente, uma melhor atenção por parte do Governo. Assim é, que podemos afirmar que os integrantes desta Casa sempre se preocupavam com as condições de suas esposas e famílias no caso de virem a faltar.

Muitos dos srs. Deputados, como nós, por diversas vezes levantaram suas vozes, interessados na imediata solução desse problema perante diversos ex-Governadores.

Agora finalmente vem esta solução.

Homenageamos e agradecemos ao Governador Emilio Gomes ressaltando também o grande papel desempenhado pelo Presidente desta Casa, Deputado João Mansur que atendeu inúmeros pedidos que lhe fizemos juntamente com os srs. Deputados com assento nesta Casa.

Homenageamos também às viúvas que não mediram esforços para que essa medida fosse concretizada. E fosse concretizada da maneira como o foi. Assim, essas viúvas dos srs. Deputados, estarão recebendo condignamente algo que possa proporcionar-lhes o sustento necessário para os restantes dias de suas vidas, uma vez que grande parte delas, são pessoas já bastante idosas. Muitas delas estavam trabalhando como atendentes e em outras atividades humildes, não que essas atividades possam ser menosprezadas mas entendemos que não era justo que aquelas senhoras que deram tanto de si em favor da coletividade, não tivessem um merecido reconhecimento. Poderão elas continuar com seus afazeres mas pelo menos agora com situação condigna não na dependência de familiares ou de uma atividade qualquer mas recebendo algo em função daquele trabalho que realizaram em companhia de seus extintos maridos.

Portanto nesta oportunidade, queremos consignar nossos reconhecimentos ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao trabalho conjunto que foi desenvolvido por todos e pelo trabalho do Presidente desta Casa a quem o Governador do Estado fez referência na oportunidade.

A alta sensibilidade do atual Governador, ao enfrentar e solucionar uma série de problemas que estavam por serem solucionados, se evidencia em outras atitudes. Naquela ocasião pude dizer a S. Exa. de que ele, realmente é dotado de um espírito democrático, de um espírito de justiça e também de solidariedade cristã.

Agora, com muita satisfação, vemos chegar a Casa a Mensagem Governamental n.º 84-73, Projeto de Lei n.º 228-73 já aprovado pela Comissão de Constituição na sua reunião de hoje, onde S. Exa. preocupado ainda com as condições do homem envia uma Mensagem para que sejam atendidos os benefícios da categoria de pessoal suplementar, às zeladoras, aos trabalhadores braçais que prestam seus serviços ao Estado do Paraná, há 7, 8 e 9 anos e que até agora não tinham nenhuma condição de garantia. Enfermo, qualquer um desses servidores que são denominados recibos, teriam eles que ir, ou seus filhos ou seus familiares, para as filas de indigentes para poderem efetuar tratamento. Dentro de mais alguns dias graças a essa sensibilidade deste grande Governador, que temos certeza que por essa sua atitude será evidentemente abençoado por Deus, como até aqui tem sido, será solucionado este grave problema.

Daqui por diante, tão logo essa Mensagem se converta em lei, os trabalhadores braçais, as zeladoras terão seus direitos garantidos e seus salários de acordo com o que determina o Governo Federal com base no salário mínimo, o que nem todos tinham oportunidade de receber. Terão direito a férias, direito humano consagrado em todas as legislações trabalhistas do mundo. Até agora se o servidor caísse doente por 15 dias perderia seu trabalho. De hoje em diante, sua licença para tratamento estará assegurada de acordo com a Lei.

Também o direito à ausência do trabalho por motivo de luto na hipótese de falecimento de uma pessoa da família. Temos assistido a servidores humildes, que perderam familiares em acidentes ou por circunstâncias naturais da vida um ou dois dias depois já estão trabalhando, com receio de perderem seus empregos, suas colocações.

Esta Lei vai proporcionar estas condições mínimas que são reconhecidas pelo Governo Federal, mas que infelizmente não o eram do âmbito estadual.

Queremos manifestar nosso entusiasmo por essa atitude do nosso atual Governador, que se preocupa com o sentido técnico do Governo, mas não se esquece do homem e sobretudo dos seus mais cósios direitos.

O sr. Ivo Thomazoni — Nobre Deputado Igo Losso. V. Exa. foi muito feliz no pronunciamento que fez demonstrando a preocupação do Sr. Governador do Estado em atender a classe mais emobrecida dos Servidores do Estado que eram justamente aqueles contratados recebidos, que não tem até hoje qualquer condição de estabilidade de assistência, quer médica ou hospitalar e mesmo de licenças ou de férias.

Eu neste instante secundarei V. Exa. neste apelo.

Relatei ontem esta Mensagem na Comissão de Constituição e Justiça e o Sr. Governador fez-me um apelo hoje no sentido de que esta Casa verificasse a possibilidade de lhe dar o autógrafo para a sanção até o dia do corrente mês, oportunidade em que haverá de transcorrer o Dia do Funcionário Público: ele gostaria de, neste dia homenagear os mais humildes sancionando este Plano de Lei. Faço portanto um apelo aos srs. Membros da Comissão de Finanças para que analisem o Plano de Lei dentro do mais curto espaço de tempo, para que o sr. Presidente tenha condições de anunciar a oportunidade de sanção dessa Mensagem, no próximo dia 28, dia dedicado ao Funcionário Público.

O sr. IGO LOSO — Agradeço o aparte do nobre Deputado e quero comunicar ao nosso nobre Líder que também estamos encaminhando um Parecerimento no sentido Regime de Urgência a esta Mensagem no sentido de que a sanção ocorra realmente no dia 28: esses servidores quem sabe com lágrimas nos olhos e emocionados assistirão aquilo que há 8 ou 10 anos estavam aguardando.

Quero salientar neste instante também, o grande papel desempenhado pelo nobre Líder do Governo nesta Casa. Deputado Ivo Thomazoni pois ontem na Comissão de Constituição e Justiça ele fazia o mesmo apelo que faz hoje neste Plenário.

Realmente, srs. Deputados todos nós unidos com o mesmo espírito de alto senso de que é dotado S. Exa. o Sr. Governador do Estado, haveremos de dar à administração sentido técnico mas também e acima de tudo o sentido humano, ao Governo, o que tanto se faz necessário. — (Sem revisão do orador).

O sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Igo Losso quero cumprimentá-lo por este pronunciamento que faz nesta tarde com referência a esta Mensagem encaminhada a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, e com satisfação comunico a V. Exa. que hoje, às 1500 horas recebi este processo para relatar e como Relator com satisfação ainda na tarde de hoje darei o meu Parecer para que possa ser apreciado o quanto antes. É uma Mensagem que vinha nos preocupando, a todos nós Deputados que já fizemos pronunciamentos desta Tribuna, em prol de maior amparo melhor assistência a esses Servidores que vinham encontrando sérias dificuldades sem essa assistência.

Cumprimento V. Exa. por esse pronunciamento. Ontem a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o Parecer do nobre Líder do Governo, deputado Ivo Thomazoni, e hoje já o nobre Deputado Gilberto Carvalho dá o seu Parecer evidenciando o alto sentido de colaboração e de apoio que esta Casa dá às grandes iniciativas do Governador Emílio Gomes.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 43 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente. — Necessitamos de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Costa, constante do Expediente. Necessitamos de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 218-72, de autoria do Dep. Muggiati Filho ex-Emenda ao Projeto de Lei n.º 195-72, que adita e suprime redação que especifica ao número 16, do artigo 56 do projeto acima referido. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com SUBSTITUTIVO.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 160-73 de autoria do Poder Executivo Mensagem n.º 65-73 que objetiva a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 820.000 00 (oitocentos e vinte mil cruzeiros) à Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública para atender despesas com Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário. — FUNRESAN. Pareceres favoráveis da

C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 185-72, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica, destinada a aprendizagem Industrial no Município de São José dos Pinhais e das outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 58-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 36-73, encaminhando anteprojeto de lei visando dar destinação ao patrimônio da extinta Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. — E.P.C.I. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 95-73, de autoria dos Deps. Borsari Neto e Maurício Fruct, que dispõe sobre a proteção dos recursos hídricos contra agentes poluidores e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 147-73, de autoria do Dep. Paulo Poli, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Professor Oscar Martins Gomes. Parecer favorável da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 191-73 de autoria do Dep. Borsari Netto, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Engenheiros do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 128-73 de autoria do Dep. Lázaro Dumont que declara de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina — APAE. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 128-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina — APAE.

Art. II — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 14 de junho de 1973.

LAZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

“A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais” também indicada pela sigla APAE de Londrina, foi fundada em 28 de agosto de 1964 e uma sociedade civil de caráter assistencial sem intuíto lucrativo e com duração indeterminada com sede e foro na cidade de Londrina, cujas finalidades entre outras, são: a) promover o bem estar a proteção e o ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais onde quer que se encontrem; b) estimular os estudos de pesquisas relativos ao problema dos excepcionais.

Preenchendo todos os requisitos da Lei pertinente à matéria esperamos dos nobres pares o necessário apoio ao presente Projeto de Lei.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

De autoria do nobre Deputado Lázaro Dumont, o presente Projeto de Lei visa declarar de Utilidade Pública à “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina — APAE”.

Referida Associação foi fundada em 28 de agosto de 1964, é uma sociedade civil de caráter assistencial, sem intuito lucrativo, com duração indeterminada com sede e foro na cidade de Londrina, registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas competente ou seja o 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Londrina, tendo como finalidades, entre outras, as seguintes: a) promover o bem estar a proteção e o ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais onde quer que se encontrem; b) estimular os estudos de pesquisas relativos ao problema dos excepcionais.

Formalmente, legalmente, tudo está conforme.

Assim, opino pela Aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.8.73.

aa) ilegível — Presidente

IVO THOMAZONI — Relator

seguem-se várias as. ilegíveis

PARECER

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N.º 128-73

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 128-73, de autoria do nobre Deputado Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina — APAE, — deste Estado.

2. Havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça em seu R. Parecer de fls. se pronunciado pela constitucionalidade e legalidade da matéria, não vê, esta Comissão de Finanças no âmbito que lhe é próprio, como deixar de dar sua aprovação ao Projeto de Lei testilhado.

Pela Aprovação, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 04 de setembro de 1973.

as. ilegível — Presidente

aa) Deputado João C. Fadel — Relator

mais duas as. ilegíveis

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 200-73 de autoria do Dep. Borsari Netto, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Andirá — ASA, com sede e foro na Cidade do mesmo nome. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 200-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a “Assistência Social de Andirá — ASA”, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1973.

a) Deputado Francisco Borsari Netto.

JUSTIFICAÇÃO: — A Assistência Social de Andirá é uma Entidade com personalidade jurídica, devidamente registrada no Livro n.º A-1, fls. 27 e verso sob n.º 022, do Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de An-

dirá sem fins lucrativos, que tem por objetivos a assistência social prestando auxílio moral e material às crianças, velhos e indigentes de toda espécie, procurando desenvolver-lhes a vontade de progredir e viver uma vida mais compatível com a sua condição humana.

Preenchendo todos os requisitos da Lei que regulamenta a matéria, apresentamos o presente Projeto de Lei, esperando dos ilustres Pares o devido apoio e consequente aprovação.

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N. 200-73

AUTOR: Dep. Borsari Netto

SUMULA: Declara de Utilidade Pública a Entidade que especifica.

PARECER

1 — O Projeto de Lei em referência, de autoria do nobre colega Deputado Borsari Netto, objetiva declarar de Utilidade Pública a Assistência Social de Andirá — ASA, sediada na cidade do mesmo nome

2) — A justificativa que o acompanha é de molde a nos convencer do acerto da medida preconizada, e preenchendo a entidade os requisitos exigidos pela legislação que regula a matéria, como se vê da documentação inclusa, opinamos pela aprovação do Projeto, por considerá-lo legal e constitucional.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1973.

aa) Antonio F.F. da Costa — Presidente

Antonio Lopes Júnior — Relator

Wilson Fortes

Igo Losso

Marciano Baraniuk

Ivo Thomazoni

Quielise Crisóstomo da Silva

Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 200-73

Tratando-se de organização de natureza beneficente e de acordo com suas metas estatutárias, esta Comissão não vê nenhum impedimento na aprovação do presente Projeto de Lei.

A matéria é meramente autorizatória, razão pela qual somos pela aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09 de outubro de 1973.

aa) Quielise Crisóstomo da Silva — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Alvaro Dias

João Fadel

Wilson Fortes

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 228-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Jorge Sato e outros constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao médico paranaense Dr. Giocundo Vilanova Artigas, por sua escolha para receber a Medalha de Mérito Cirúrgico, conferida pela Fundação para o Progresso da Cirurgia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja enviado expediente ao sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que se digne determinar estudos visando incluir, na programação cultural daquele órgão a instalação do Museu das Etnias. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao sr. Governador do Estado, no sentido de reequipar o Corpo de Bombeiros e ser procedida a sua descentralização. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes à Associação Médica do Paraná, Conselho Regional de Medicina e às entidades representativas das especialidades médicas, congratulando-se com a nobre classe pela fundação do Sindicato dos Médicos do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Prefeito Municipal, no sentido da adoção de medidas de proteção contra incêndios. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor do Detran, no sentido da revisão do plano de tráfego na Av. 7 de setembro a fim de que o Corpo de Bombeiros possa readquirir a desejável liberdade de movimentos, em todas as direções da Cidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada em Sessão anterior.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSOES:

COMISSAO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7a. LEGISLATURA — 3.a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

ATA DA 14.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de outubro, do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e presentes os Senhores Deputados: Ovidio Franzoni, Ivo Thomazoni, Igo Losso, Wilson Fortes, Antônio Lopes Júnior e Nelson Buffara. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se a seguinte Ordem do Dia: 1). — PROJETO DE LEI N.º 173-73, de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati. Declara de utilidade pública o Instituto Santa Maria, fundado na cidade de Londrina. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável com emenda. Aprovado. 2). — PROJETO DE LEI N.º 185-73, de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruct. Autoriza o Poder Executivo conceder incentivos às indústrias que vierem a se instalar no Estado do Paraná, e dá outras providências. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 3). — PROJETO DE LEI N.º 192-73, de autoria do Senhor Deputado Iris Caldart. Declara de utilidade pública a Tenda de Umbanda Pai João do Recife, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 4). — PROJETO DE LEI N.º 197-73, de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati. Concede título de Cidadão Honorário, ao Senhor João Milanez. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 5). — PROJETO DE LEI N.º 204-73, de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho. Autoriza o Poder Executivo criar, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Arapongas, um Curso de Jornalismo. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 6). — PROJETO DE LEI N.º 205-73, de autoria do Senhor Deputado Iris Caldart. Declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Amor e Caridade, com sede e foro na cidade de Cascavel. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 7). — PROJETO DE LEI N.º 206-73, de autoria do Senhor Deputado Olavo Ferreira. Declara de utilidade pública o Instituto Social, Educativo e Beneficente Novo Signo, com sede na cidade de Londrina. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 8). — PROJETO DE LEI N.º 207-73, de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior. Autoriza o Poder Executivo denominar Professor Altair Mongruel, um Estabelecimento de Ensino do Estado do Paraná. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. Aprovado. 9). — PROJETO DE LEI N.º 210-73, de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior. Declara de utilidade pública a Obra Social Dom Camilo, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 10). — PROJETO DE LEI N.º 217-73, de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva. Denomina Ginásio Estadual Dr. Lauro Portugal Tavares, o atual Ginásio Estadual São Martinho, de Rolândia. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 11). — PROJETO DE LEI N.º 222-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 82-73, solicitando autorização para anuir na cessão de área de terra que especifica, que a União pretende fazer à Fundação Santo Antônio e à Associação das Damas de Caridade do Município de Campo Largo para construção do Lar dos Velhinhos Desamparados. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável. Aprovado. 12). — PROJETO DE LEI N.º 223-73 de autoria do Senhor Deputado Igo Losso. Declara de utilidade pública a Associação Evangélica para Desenvolvimento Missionário com sede nesta Capital. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 13). — PROJETO DE LEI N.º 62-73 de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho. Propõe novo Regimento Interno para a Assembléia Legislativa do Estado. Relator Deputado Igo Losso. Requer diligência junto ao Departamento Legislativo a fim de obter informações se foram ou não cumpridas as determinações do despacho exarado pelo Senhor Presidente, no referido Projeto de Resolução, ou seja publicação em Avulso e distribuição aos Senhores Deputados. Deferido. 14). — PROPOSIÇÃO N.º 100-72, de autoria da Câmara Municipal de Jataizinho. Ofício solicitando retificação de divisas entre os Municípios de Jataizinho e Assaí. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer pelo Arquivamento. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às PROPOSIÇÕES N.ºs 228-73, 229-73, 230-73, 231-73, 232-73 e 233-73, todos concluindo que os VETOS estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada na próxima reunião desta Comissão, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

aa) Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Presidente

Rita Celestino Soares — Secretária